



**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA  
2ª VARA DO TRABALHO DE UBERLÂNDIA – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:  
MARCEL LOPES MACHADO**



**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRT da 3ª Região (MG)**

**Lei de Criação nº 7.471, de 30-4-1986**  
**Data da instalação: 10-4-1987**  
**Data de implantação do PJe: 12-8-2014**

Jurisdição: Uberlândia, Araporã, Monte Alegre de Minas, Nova Ponte e Tupaciguara.

**Edital de Correição divulgado no DEJT em 289-10-2020, p. 3.**



## ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 2-7-2019

Às 8 horas do dia quatro de novembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Ana Maria Amorim Rebouças**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na 2ª Vara do Trabalho de Uberlândia, situada na Avenida Cesário Alvim, 3.200 – 1º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Marcel Lopes Machado**; o MM. Juiz do Trabalho Auxiliar, Dr. **Vanderson Pereira de Oliveira**; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Guilherme Egídio Cunha Costa; os servidores Thais Suzuki Gregghi, Francisco Paschoal Neto, Elilde Duarte Guedes Otávio, Edimilson Carlos Ferreira, Eliane Aureliana de Sousa Borges, Cristina Glória Gomes Marra, Valéria Cristina Martins de Oliveira; o estagiário Vinicius de Camargo. Ausentes os servidores Alysson Gomes Correia, Débora Satie Taba Miwa e Maria Adelaide Pereira de Souza, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

### 1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

**1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES** – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 807 processos, distribuídos neste ano até o dia 26-10-2020, apurando-se a média de 4,2 processos por dia útil.

**1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS** – A Vara recebeu 65 cartas precatórias, dentre elas 34 executórias, até o dia 26-10-2020, das quais 34 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

**1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT** – Existe o registro de 905 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 322 processos foram remetidos neste ano até o dia 26-10-2020.

**1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO** – Há 12 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.



**1.5. CARGA PARA PERITOS** – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 25 processos com perícia designada.

**1.6. MANDADOS EXPEDIDOS** – Constam 654 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 197 pendentes de cumprimento, no prazo.

**1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO** – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 32 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), não há processos sobrestados já julgados, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF.

Processos examinados na correição, por amostragem, temas ainda não julgados:

0010921/19, 0011079/17, 0011146/17, 0012178/17, 0010089/19, 0010601/19, 0010168/19, 0010265/19, 0010034/19, 0010750/17: sobrestados em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema 1022 – Dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público.

Recomenda-se, ainda, que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau ([http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o\\_1%C2%BA\\_Grau](http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau)).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link [https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha\\_NUGEP.pdf](https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf)

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

**1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO** – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Uberlândia - 02a Vara				2º trim/2020
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	(01/07/19 a 30/06/20)



Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	44,59	43,49	39,97	27,32	29,25
---	-------	-------	-------	-------	-------

### 1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

#### FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 26-10-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	306
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	166
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	14

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: São os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	395
---	-----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2016	7	4



2017	33	3
2018	29	2
2019	78	1
2020 – ano de referência	337	-
<b>TOTAL</b>	<b>484</b>	<b>0,54</b>

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de outubro até o dia 26-10):

<b>Processo</b>	<b>Tarefa</b>
0010367-20.2015.5.03.0044	Aguardando final do sobrestamento
0012312-42.2015.5.03.0044	Aguardando final do sobrestamento
0010637-10.2016.5.03.0044	Aguardando prazo
0010877-96.2016.5.03.0044	Cumprimento de Providências
0010912-77.2016.5.03.0134	Cumprimento de Providências
0011830-60.2016.5.03.0044	Cumprimento de Providências
0011867-87.2016.5.03.0044	Cumprimento de Providências
0011959-65.2016.5.03.0044	Cumprimento de Providências
0012356-27.2016.5.03.0044	Cumprimento de Providências
0010547-65.2017.5.03.0044	Aguardando prazo
0010750-27.2017.5.03.0044	Aguardando final do sobrestamento
0010790-09.2017.5.03.0044	Aguardando prazo
0010958-11.2017.5.03.0044	Aguardando final do sobrestamento
0011003-15.2017.5.03.0044	Aguardando final do sobrestamento
0011006-67.2017.5.03.0044	Cumprimento de Providências
0011013-26.2017.5.03.0152	Elaborar sentença
0011079-39.2017.5.03.0044	Aguardando final do sobrestamento
0011146-04.2017.5.03.0044	Aguardando final do sobrestamento
0011222-28.2017.5.03.0044	Cumprimento de Providências
0011302-89.2017.5.03.0044	Aguardando final do sobrestamento

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

<b>FASE</b>	<b>Situação</b>	<b>Quantidade de processos</b>
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	1
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item	584



	90377)	
--	--------	--

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	7
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	110

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	9
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	959

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	14

**1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO** - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).



Vara do Trabalho	Uberlândia - 02a Vara				
	2016	2017	2018	2019	2º trim/2020 (01/07/19 a 30/06/20)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	70,75	61,51	57,90	55,97	49,31

Existem 1.310 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 1.004 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) não há processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 306 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- d) não há processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2020 até 26/10/2020

No ano anterior, até dia 26/10/2019 – havia 1.762 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 1.260 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 20 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 482 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de outubro até o dia 26-10):

Processo	Tarefa
0165400-81.2007.5.03.0044	DESPACHO
	EXTINTA DÍVIDA
	PREVIDENCIÁRIA/TRABALHISTA -
0155900-98.2001.5.03.0044	QUITAÇÃO
0000007-65.2011.5.03.0044	DESPACHO
0000340-80.2012.5.03.0044	DESPACHO
0183900-30.2009.5.03.0044	DESPACHO
0000172-78.2012.5.03.0044	INTIMAÇÃO PUBLICADA
0000132-33.2011.5.03.0044	DESPACHO
0001970-45.2010.5.03.0044	INTIMAÇÃO PUBLICADA
0001501-28.2012.5.03.0044	PETIÇÃO PARA JUNTADA
0001505-65.2012.5.03.0044	PETIÇÃO PARA JUNTADA
0010149-89.2015.5.03.0044	Aguardando prazo
0010585-48.2015.5.03.0044	Cumprimento de Providências
0010880-85.2015.5.03.0044	Cumprimento de Providências



0010251-14.2015.5.03.0044	Cumprimento de Providências
0010425-23.2015.5.03.0044	Aguardando cumprimento de acordo
0000837-94.2012.5.03.0044	PETIÇÃO PARA JUNTADA
0011923-57.2015.5.03.0044	Aguardando término dos prazos
0010223-46.2015.5.03.0044	Cumprimento de Providências
0010145-86.2014.5.03.0044	Cumprimento de Providências
0010631-71.2014.5.03.0044	Cumprimento de Providências

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93(execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados.) extraídos do sistema e-Gestão (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

Decisão de execução	2019	2020
<b>01-JANEIRO</b>	75	222
<b>02-FEVEREIRO</b>	64	129
<b>03-MARÇO</b>	62	131
<b>04-ABRIL</b>	62	76
<b>05-MAIO</b>	90	55
<b>06-JUNHO</b>	116	78
<b>07-JULHO</b>	125	114
<b>08-AGOSTO</b>	292	115
<b>09-SETEMBRO</b>	135	140
<b>10-OUTUBRO</b>	166	192
<b>Totais</b>	1187	1252

Execução por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
CAROLINA SILVA SILVINO ASSUNÇÃO									7	
HELENA HONDA ROCHA				3				16	2	
MARCEL LOPES MACHADO	122	66	73	60	39	58	83	18	63	14
VANDERSON PEREIRA DE OLIVEIRA	99	62	56	12	16	19	31	81	68	177
<b>Totais</b>	221	128	129	75	55	77	114	115	140	191

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

Alvarás	2019	2020
<b>01-JANEIRO</b>	4	
<b>02-FEVEREIRO</b>	6	
<b>03-MARÇO</b>	2	
<b>04-ABRIL</b>	4	
<b>05-MAIO</b>	2	1



<b>06-JUNHO</b>	7	
<b>07-JULHO</b>	3	
<b>10-OUTUBRO</b>	1	
<b>Totais</b>	29	1

**1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES:** de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 26-10-2020, existem 53 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	<b>Qtde</b>
<b>Embargos de Declaração Pendentes</b>	16
<b>Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes</b>	16
<b>Tutelas Provisórias Pendentes</b>	21
<b>Total</b>	53

**2. PROCESSOS EXAMINADOS** – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 4-11-2020 havia 3 processos:

**a) instrução:** 3 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010616/20, 0010688/20, 0010687/20.

**RESULTADO** – examinados os autos, constatou-se: os processos encontram-se em ordem.

**2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.**

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 26-10-2020, 11 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 9 processos.



Exame dos autos dos processos 0010753/20, 0010467/20, 0010788/20, 0010636/20, 0010819/20, 0010779/20, 0010721/20, 0010713/20, 0010689/20, 0010678/20, 0010921/19, 0011079/17, 0011146/17, 0012178/17, 0010089/19, 0010601/19, 0010168/19, 0010265/19, 0010034/19, 0010750/17, 0010308/20, 0010657/20, 0010519/20, 0010679/20, 0010641/20, 0010208/20, 0010226/20, 0011357/19, 0010484/20, 0010455/20, 0010613/20, 0010461/20, 0010382/20, 0010602/19, 0010241/20, 0010718/20, 0010730/20, 0010731/20, 0010669/20, 0010645/20, 0010575/20, 0010344/20, 0010468/20, 0010835/19, 0010585/20, 0010582/20, 0010644/19, 0010004/20, 0010132/20, 0011103/19, 0010504/20, 0010053/20, 0010405/19, 0011225/19, 0010084/20, 0011363/19, 0010275/17, 0011202/17, 0010004/18, 0010526/19, 0010503/20, 0010763/20, 0010606/20, 0010564/20, 0010568/20, 0010555/20, 0010438/20, 0010635/20, 0010603/20, 0010402/20, 0010227/20, 0010166/20, 0010027/20, 0010414/20, 0010266/20, 0010221/20, 0010408/20, 0010593/20, 0010369/20, 0010388/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010455/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 6e71469 (sem movimentação há mais de 10 dias);
- 0010644/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 4d2e699 (mais de 10 dias);
- 0010132/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 536e1b0 (mais de 10 dias);
- 0011103/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id a517f4d (mais de 10 dias);
- 0011363/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id f228263 (mais de 10 dias);
- 0010027/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id d9919c9 (sem movimentação há mais de 10 dias).

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

**2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

**2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 11 ações civis públicas em tramitação.



Processo	Tarefa
0000497-82.2014.5.03.0044	Aguardando apreciação pela instância superior
0002619-05.2013.5.03.0044	Aguardando apreciação pela instância superior
0010320-75.2017.5.03.0044	Aguardando apreciação pela instância superior
0010362-22.2020.5.03.0044	Aguardando apreciação pela instância superior
0010611-70.2020.5.03.0044	Prazos Vencidos
0010807-40.2020.5.03.0044	Aguardando prazo
0010892-94.2018.5.03.0044	Aguardando apreciação pela instância superior
0011132-54.2016.5.03.0044	Aguardando apreciação pela instância superior
0011157-62.2019.5.03.0044	Aguardando apreciação pela instância superior
0011451-85.2017.5.03.0044	Aguardando apreciação pela instância superior
0012188-25.2016.5.03.0044	Aguardando apreciação pela instância superior

**2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 7 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010138-94.2014.5.03.0044	Aguardando final do sobrestamento
0010331-02.2020.5.03.0044	Aguardando prazo
0010332-84.2020.5.03.0044	Aguardando prazo
0010664-27.2015.5.03.0044	Aguardando apreciação pela instância superior
0011542-15.2016.5.03.0044	Aguardando apreciação pela instância superior
0012290-47.2016.5.03.0044	Cumprimento de Providências
0012291-32.2016.5.03.0044	Cumprimento de Providências

**3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –**

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	41	28	44



Instrução processo físico	1.540	-	-
Instrução processo eletrônico	292	331	203

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	30	7	Adota-se art. 335 do CPC
Procedimento Ordinário	30	7	Adota-se art. 335 do CPC
Instrução	373 s	164	18/12/2020 – 33 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 26-10-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	861	238

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	232	69

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri-



		dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	169	2.726
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	657	786
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	21	3.336
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	7	696

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	115	0,5
Julgados procedentes em parte	499	2,1
Julgados improcedentes	336	1,4
Extintos com resolução de mérito	18	0,07
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
<b>Total com exame de mérito</b>	<b>968</b>	<b>4,2</b>
Extintos sem resolução de mérito	81	0,3
Arquivamento	97	0,4
Desistência	41	0,1
Outras decisões sem exame de mérito	34	0,1
<b>Total sem exame de mérito</b>	<b>253</b>	<b>1,1</b>



Decisões de conhecimento	1.221	5,3
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	313	1,3
Decisões na fase de execução	246	1,08
<b>Total</b>	<b>1.780</b>	<b>7,8</b>

No ano de 2020, até o dia 26-10, com 189 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	<b>26-10-2020</b>	<b>Média dia/útil</b>
Julgados procedentes	74	0,3
Julgados procedentes em parte	338	1,7
Julgados improcedentes	102	0,5
Extintos com resolução de mérito	7	0,03
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
<b>Total com exame de mérito</b>	<b>419</b>	<b>2,2</b>

#### 4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

– Em setembro de 2020, com 21 dias úteis, realizaram-se:

<b>Audiências</b>	<b>Número de Audiências/ Mês</b>	<b>Média/dia útil</b>
Conciliação em conhecimento	5	0,2
Conciliação em execução	3	0,1
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	1	0,04
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	1	0,04
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito)	47	2,2



sumaríssimo)		
Una/Una (rito sumaríssimo)	0	0
<b>Total</b>	56	2,6

No mês de setembro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 20 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10:

Conciliação por fases	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
<b>01-JANEIRO</b>	37	28	5	1		2
<b>02-FEVEREIRO</b>	56	47	4	4		
<b>03-MARÇO</b>	33	28	8	1		1
<b>04-ABRIL</b>	58	5	6	2		
<b>05-MAIO</b>	46	22	10	5		1
<b>06-JUNHO</b>	50	29	7	4		2
<b>07-JULHO</b>	56	20	2	7		
<b>08-AGOSTO</b>	50	31	14	8	2	3
<b>09-SETEMBRO</b>	56	38	8	7		1
<b>10-OUTUBRO</b>	50	20	14	4		1
<b>Totais</b>	492	268	78	43	2	11

Conciliação por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
CAROLINA SILVA SILVINO ASSUNÇÃO									4	
MARCEL LOPES MACHADO	28	44	21	7	26	32	25	18	37	5
VANDERSON PEREIRA DE OLIVEIRA	2	6	9		2	3	2	24	5	20
<b>Totais</b>	30	50	30	7	28	35	27	42	46	25

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

Audiências	2019	2020
<b>01-JANEIRO</b>	119	73
<b>02-FEVEREIRO</b>	222	147
<b>03-MARÇO</b>	177	126



<b>04-ABRIL</b>	216	
<b>05-MAIO</b>	196	9
<b>06-JUNHO</b>	169	44
<b>07-JULHO</b>	199	50
<b>08-AGOSTO</b>	201	60
<b>09-SETEMBRO</b>	216	76
<b>10-OUTUBRO</b>	151	73
<b>Totais</b>	1866	641

Audiências por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
ERICA APARECIDA PIRES BESSA								1	2
HELENA HONDA ROCHA							2	1	
MARCEL LOPES MACHADO	73	133	72	6	44	38	25	55	15
VANDERSON PEREIRA DE OLIVEIRA		14	54	3		12	33	19	39
<b>Totais</b>	73	147	126	9	44	50	60	76	56

Foram realizadas 73 audiências de 1-10-2020 até o dia 31-10-2020 e designadas 22 de para o mês de novembro de 2020.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

Sentenças	2019	2020
<b>01-JANEIRO</b>	94	140
<b>02-FEVEREIRO</b>	162	121
<b>03-MARÇO</b>	143	109
<b>04-ABRIL</b>	168	43
<b>05-MAIO</b>	180	54
<b>06-JUNHO</b>	128	80
<b>07-JULHO</b>	153	81
<b>08-AGOSTO</b>	160	80
<b>09-SETEMBRO</b>	208	131
<b>10-OUTUBRO</b>	196	78
<b>Totais</b>	1592	917



Sentenças por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
ARLINDO CAVALARO NETO	1									
HELENA HONDA ROCHA								1	2	
MARCEL LOPES MACHADO	81	103	78	32	52	75	70	39	111	17
VANDERSON PEREIRA DE OLIVEIRA	58	18	31	11	2	5	11	40	18	61
<b>Totais</b>	140	121	109	43	54	80	81	80	131	78

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

Despachos	2019	2020
<b>01-JANEIRO</b>	630	1084
<b>02-FEVEREIRO</b>	935	1125
<b>03-MARÇO</b>	766	809
<b>04-ABRIL</b>	872	436
<b>05-MAIO</b>	1094	878
<b>06-JUNHO</b>	978	1159
<b>07-JULHO</b>	1080	988
<b>08-AGOSTO</b>	1438	986
<b>09-SETEMBRO</b>	1666	1215
<b>10-OUTUBRO</b>	1477	762
<b>Totais</b>	10936	9442

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, no período da COVID-19, as audiências são realizadas de segunda-feira a sexta-feira. Adotou-se o procedimento do artigo 335 do CPC para o rito sumaríssimo e ordinário. Estão sendo realizadas três audiências de instrução por dia, na modalidade virtual.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declaram os magistrados, quanto à residência, que cumprem a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantêm o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

**AUXÍLIO FIXO:** Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que "nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados".

## 5. Produtividade –



<b>Movimentação Anual de Processos</b>			
	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020 até 26-10</b>
Processos recebidos	1.290	1.260	807
Média por dia útil	5,7	5,5	4,2
Processos remanescentes do ano anterior	1.497	999	505
Sentenças anuladas	27	13	10
<b>Total de processos para solução</b>	<b>2.814</b>	<b>2.272</b>	<b>1.322</b>
Processos solucionados	1.860	1.786	917
Processos conciliados	692	565	252
Produtividade	66,09%	78,60%	69,36%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 2,3% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve um aumento de 12,1%.

**5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST)** – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

**MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE:** (de 1º-1-2020 até 26-10-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	252
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	917



2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	917
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	817

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	510
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	1.037

**MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO:** (de 1º-1-2020 até 26-10-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	585
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	825

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	968
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	962

**MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO:** (de 1º-1-2020 até 26-10-2020)



1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	825
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	962
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	12

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	585
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	968
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	12



Perfil da Vara do Trabalho		Uberlândia - 02a Vara		
Indicadores / Período de referência		Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020
<b>Indicadores</b>	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,65	1,01	0,74
	I02 - Pendentes	1.963	1.814	1.774
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	330,37	327,69	310,64
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	55,11	56,50	62,77
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.317,42	1.349,55	1.312,01
	I07 - Taxa de conciliação (%)	31,27	30,35	30,05
	I08 - Taxa de solução (%)	141,07	143,35	132,39
	I13 - Taxa de execução (%)	197,30	241,65	260,04
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	27,28	26,50	29,18
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	55,95	49,29	49,31
	I11 - Produtividade por servidor	222,75	232,75	208,00
I12 - Pendentes por servidor	155,33	142,17	137,00	
<b>Meso</b>	Acervo	0,36	0,35	0,33
	Celeridade	0,45	0,45	0,43
	Produtividade	0,43	0,38	0,39
	Congestionamento processual	0,50	0,42	0,40
	Força de trabalho	0,41	0,36	0,36
<b>Macro</b>	<b>IGEST</b>	<b>0,4294</b>	<b>0,3917</b>	<b>0,3815</b>
Posição IGEST		86	51	48
Movimentação processual		1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000



## 6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$3.866.935,51	R\$387.703,95

**7. PORTARIAS** – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 2/2015, sobre as informações processuais por telefone e a 1/2019, que regulamenta a prática de atos ordinatórios.

**8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA** – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

**9. DA SECRETARIA** – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que em 6 foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

## 10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

**Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT:** Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 136,06% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 106,30%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,8%.

**Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT:** Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.



Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 101,43%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

**Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT:** Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 69,75% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 33,38% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,48%.

**Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT:** Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 99,89%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, não tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 109,64% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 100,59%.

**Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT:** Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.



**Meta 5 CSJT:** Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 330,37 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 199,02%, não tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o tempo médio alcançado foi de 244,91 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 169,24 dias.

**11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL** – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

**12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA** – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

### **12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:**

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

### **13. RECOMENDAÇÕES:**

#### **13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:**

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção



ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

### **13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:**

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) majorado o número de audiências telepresenciais e semipresenciais, tendo em vista o que foi apurado no item 4 desta Ata e por força do Ofício Circular SECG/CGJT N° 064 de 2020 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

3) inseridos em pauta os processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.9 desta Ata;

4) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;

5) ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;

6) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

7) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;

8) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

9) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020,



dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

10) envidados esforços para o cumprimento da Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017; Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente e da Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2019;

11) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

12) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

13) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. [https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj\\_internet/acesso-restrito/](https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/acesso-restrito/) (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

13) cumprida a recomendação N° 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;



14) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

### **13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:**

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, incluindo em pauta no mínimo 30 processos, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;

3) ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;

4) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR N. 112, de 1ª de julho de 2019, publicada no DJE de 1º-7-2019 dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

**14. OBSERVAÇÕES FINAIS** – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.



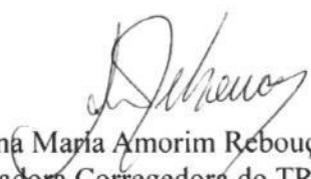
Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 11h15min do dia quatro de novembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 159/2020, publicado no DJe 28-10-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.

  
Ana Maria Amorim Rebouças  
Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138  
Assinado de forma digital por MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138  
Dados: 2020.11.05 09:03:56 -03'00'  
Mozart Secundino de Oliveira Júnior  
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria